



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento de Cargos de

**Analista Judiciário – Área Administrativa**

P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

## CONHECIMENTOS GERAIS

**Atenção:** As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto que segue.

### ***Ganhamos a guerra, não a paz***

*Os físicos se encontram numa posição não muito diferente da de Alfred Nobel. Ele inventou o mais poderoso explosivo jamais conhecido até sua época, um meio de destruição por excelência. Para reparar isso, para aplacar sua consciência humana, instituiu seus prêmios à promoção da paz e às realizações pacíficas. Hoje<sup>(\*)</sup>, os físicos que participaram da fabricação da mais aterradora e perigosa arma de todos os tempos sentem-se atormentados por igual sentimento de responsabilidade, para não dizer culpa. E não podemos desistir de advertir e de voltar a advertir, não podemos e não devemos relaxar em nossos esforços para despertar nas nações do mundo, e especialmente nos seus governos, a consciência do inominável desastre que eles certamente irão provocar, a menos que mudem sua atitude em relação uns aos outros e em relação à tarefa de moldar o futuro.*

*Ajudamos a criar essa nova arma, no intuito de impedir que os inimigos da humanidade a obtivessem antes de nós, o que, dada a mentalidade dos nazistas, teria significado uma inconcebível destruição e escravização do resto do mundo. Entregamos essa arma nas mãos dos povos norte-americano e britânico, vendo neles fiéis depositários de toda a humanidade, que lutavam pela paz e pela liberdade. Até agora, porém, não conseguimos ver nenhuma garantia das liberdades que foram prometidas às nações no Pacto do Atlântico. Ganhamos a guerra, não a paz. As grandes potências, unidas na luta, estão agora divididas quanto aos acordos de paz. Prometeu-se ao mundo que ele ficaria livre do medo, mas, na verdade, o medo aumentou enormemente desde o fim da guerra. Prometeu-se ao mundo que ele ficaria livre da penúria, mas grandes partes dele se defrontam com a fome, enquanto outras vivem na abundância. (...)*

*Possa o espírito que motivou Alfred Nobel a criar sua notável instituição, o espírito de fé e confiança, de generosidade e fraternidade entre os homens, prevalecer na mente daqueles de cujas decisões dependem nossos destinos. Do contrário, a civilização humana estará condenada.*

(Albert Einstein, **Escritos da maturidade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994)

(\*) Este texto foi escrito em 1945, logo depois do fim da II Guerra Mundial.

1. Ao escrever esse texto, o grande físico Albert Einstein preocupou-se sobretudo em formular uma grave advertência contra

- (A) a pacificação do mundo por meio da ação de governos totalitários.
- (B) a perigosa instabilidade gerada pelo Pacto do Atlântico.
- (C) o novo potencial belicoso da situação de pós-guerra.
- (D) o poder de devastação representado pelo invento de Alfred Nobel.
- (E) o espírito do armistício assinado pelas grandes potências.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. A criação e a entrega da *mais aterradora e perigosa arma de todos os tempos* aos norte-americanos e britânicos se deram em meio a uma perigosa e disputada corrida armamentista.
- II. Einstein mostra-se insatisfeito quanto aos termos em que se configurou o Pacto do Atlântico, um acordo em si mesmo tímido e incapaz de gerar bons resultados.
- III. Einstein inclui-se entre os responsáveis pelo término da guerra e pela derrota dos nazistas, mas declina de qualquer responsabilidade quanto a uma futura utilização da nova e devastadora arma.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

<p>3. A atitude de vigilância, para a qual Einstein convoca a todos nesse texto, deve materializar-se, conforme deseja o grande físico,</p> <p>(A) numa advertência contra os preocupantes riscos representados pela iminente reorganização dos nazistas.</p> <p>(B) na conscientização dos vitoriosos quanto à necessidade de se entenderem e de assumirem suas responsabilidades diante do futuro.</p> <p>(C) no cumprimento das exigências feitas pelos cientistas quando se propuseram a elaborar as condições do Pacto do Atlântico.</p> <p>(D) na manutenção das auspiciosas condições políticas do pós-guerra, marcadas pela derrota dos nazistas.</p> <p>(E) na constituição de um novo tratado que, indo de encontro ao Pacto do Atlântico, represente um esforço de real pacificação.</p>	<p>7. Quanto às normas de concordância verbal, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Einstein não deseja que se acusem os físicos de se omitirem quanto às suas responsabilidades depois da guerra, para cujo fim deram importante contribuição.</p> <p>(B) A todos aqueles que ajudaram a criar a nova e terrível arma devem-se responsabilizar por toda e qualquer omissão diante da construção do futuro da humanidade.</p> <p>(C) Não cabem aos físicos, de fato, tomar as medidas que redundem no efetivo controle da utilização da nova arma, o que não significa que eles devam se omitir sobre o assunto.</p> <p>(D) Se a quaisquer dos físicos fossem permitido tomar decisões quanto à utilização da nova arma, provavelmente haveria nelas mais sensatez do que nas dos políticos.</p> <p>(E) Não se impute aos físicos todas as responsabilidades por alguma desastrosa utilização da nova arma, pois não pertencem a eles as iniciativas políticas.</p>
<p>4. Quanto à sua construção interna, as frases <i>Ganhamos a guerra, não a paz</i> e <i>As grandes potências, unidas na luta, estão agora divididas</i> têm em comum</p> <p>(A) um jogo entre alternativas.</p> <p>(B) uma relação de causa e efeito.</p> <p>(C) a formulação de uma condicionalidade.</p> <p>(D) a articulação de uma hipótese.</p> <p>(E) a exploração de antíteses.</p>	<p>8. Transpondo-se para a voz passiva o segmento <i>que os inimigos da humanidade a obtivessem antes de nós</i>, a forma verbal resultante deverá ser</p> <p>(A) tivessem obtido.</p> <p>(B) seria obtida.</p> <p>(C) fosse obtida.</p> <p>(D) viessem a obter.</p> <p>(E) teria sido obtida.</p>
<p>5. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:</p> <p>(A) <i>numa posição não muito diferente da de Alfred Nobel</i> = em atitude inteiramente similar à de Alfred Nobel.</p> <p>(B) <i>para aplacar sua consciência humana</i> = para obliterar seu juízo sobre a humanidade.</p> <p>(C) <i>dada a mentalidade dos nazistas</i> = em que pese a consciência dos nazistas.</p> <p>(D) <i>vendo neles fiéis depositários</i> = reconhecendo-os como confiáveis guardiões.</p> <p>(E) <i>consciência do inominável desastre</i> = concepção inevitável da tragédia.</p>	<p>9. Estando <b>inadequado</b> o emprego da expressão sublinhada, a frase será <b>corrigida</b> por meio da substituição dessa expressão pela que vem entre parênteses, em:</p> <p>(A) As liberdades <u>em cujas</u> os cientistas devem se empenhar dizem respeito ao modelo da vida democrática. (<b>das quais</b>)</p> <p>(B) Os povos <u>a cujos</u> se confiou a missão crucial de utilizar politicamente o potencial da nova arma foram os britânicos e os norte-americanos. (<b>nos quais</b>)</p> <p>(C) A instituição <u>na qual</u> criação Alfred Nobel pretendeu aplacar sua consciência premia, até hoje, aqueles que se destacam na luta pela paz. (<b>pela qual</b>)</p> <p>(D) As promessas do Pacto do Atlântico, <u>com cujas</u> se pretendia tranquilizar o mundo, deixaram de ser cumpridas pelos signatários. (<b>com as quais</b>)</p> <p>(E) Os novos desastres <u>a quem</u> Einstein temia que a humanidade viesse a se submeter permaneceram incubados no período da Guerra Fria. (<b>a cujos</b>)</p>
<p>6. <i>Possa o espírito que motivou Alfred Nobel a criar sua notável instituição, o espírito de fé e confiança, de generosidade e fraternidade entre os homens, prevalecer na mente daqueles de cujas decisões dependem nossos destinos.</i></p> <p>Observa-se que na construção do período acima, se empregou o verbo</p> <p>(A) <b>poder</b> como auxiliar do verbo <b>criar</b>.</p> <p>(B) <b>criar</b> como auxiliar do verbo <b>prevalecer</b>.</p> <p>(C) <b>motivar</b> como auxiliar de <b>prevalecer</b>.</p> <p>(D) <b>criar</b> como auxiliar do verbo <b>poder</b>.</p> <p>(E) <b>poder</b> como auxiliar do verbo <b>prevalecer</b>.</p>	

<p>10. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) A dissuasão do inimigo poderoso, do qual se teme a força da obsessão irracional, pode ocorrer por meio de uma arma de potência inescdível.</p> <p>(B) Se as armas não discriminam suas vítimas, não há por que não possam voltar-se contra os que as manejem, alheias aos supostos privilégios de quem as aciona.</p> <p>(C) A cisânia imposta pelos nazistas aqueles que não foram exterminados está na raiz de alguns conflitos que até hoje prevalecem no Oriente Médio.</p> <p>(D) Em textos sucintos, Einstein promoveu a discussão de temas melindrosos, condenando a todos os que infringem as normas democráticas.</p> <p>(E) Einstein admitia dissenções em discussões científicas, mas era intransigente quanto aos valores éticos que devem nortear nossa vida.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto que segue.</p> <p><i>Durante a travessia do rio, os romeiros temeram que o barquinho não suportasse a força da correnteza e acabasse virando. Começaram a rezar com fé e entusiasmo, mas por precaução evitavam o mínimo movimento do corpo. Deus ajuda, mas não convém facilitar.</i></p> <p>13. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte versão do texto:</p> <p>(A) Já que começaram a rezar com fé e entusiasmo, os romeiros evitavam o mínimo movimento do corpo, conquanto temessem que o barquinho virasse ao não suportar a força da correnteza do rio. Não convém facilitar, se Deus ajuda.</p> <p>(B) Temendo que o barquinho não suportasse a força da correnteza do rio que estavam atravessando, os romeiros evitavam qualquer movimento do corpo enquanto rezavam com fé e entusiasmo. Sim, Deus ajuda, mas é preciso colaborar.</p> <p>(C) Os romeiros começaram a rezar com fé e entusiasmo, sendo que precavidamente evitavam o mínimo movimento do corpo ao atravessar o rio, cuja a correnteza temiam de que o barquinho não suportasse. Quando vem ajuda de Deus, convém não facilitá-la.</p> <p>(D) Muito embora evitassem o mínimo movimento do corpo enquanto rezavam com fé e entusiasmo, os romeiros preocupavam-se de que o barquinho não fosse resistindo à força da correnteza do rio. Ainda que Deus ajude, nem por isso tudo é fácil.</p> <p>(E) O mínimo movimento do corpo era evitado pelos romeiros, ao passo que começaram a rezar com fé e entusiasmo em vista de que o barquinho não suportaria a força da correnteza do rio.</p>
<p>11. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Não é incomum que muitos cientistas venham se arrepender de haverem criado um artefato que o uso arbitrário acarreta malefícios, quando a intenção era oposta.</p> <p>(B) Einstein não tem dúvida quanto aos efeitos catastróficos de que os alemães tivessem acessado antes à tecnologia que os levassem à criação de uma arma tão fatídica.</p> <p>(C) Einstein, invocando o nome de Alfred Nobel, mostra compreender como são preocupantes os efeitos que podem advir da utilização de uma nova e poderosa arma.</p> <p>(D) A alternativa entre a construção de um futuro positivo e a destruição da civilização humana incluem-se naqueles que prefeririam nem pensar nela como uma realidade.</p> <p>(E) O que o título do texto conota é que se torna por vezes mais fácil de ganhar a guerra do que de alcançar a paz, pois nesta depende de que se supere a simples visão bélica.</p>	
<p>12. <i>Ajudamos a criar essa nova arma no intuito de impedir que os inimigos tivessem acesso antes de nós a essa nova arma.</i></p> <p>Valendo-se do emprego de pronomes, estará correta a seguinte reconstrução da frase acima:</p> <p>(A) Ajudamos a criar-lhe no intuito de impedir eles de acessarem antes de nós essa nova arma.</p> <p>(B) Ajudamos a criá-la no intuito de lhes impedir o acesso dos inimigos a essa nova arma antes de nós.</p> <p>(C) Ajudamo-la a criar no intuito de impedir-lhes que eles tivessem acesso à ela antes de nós.</p> <p>(D) Ajudamos a criá-la no intuito de impedir que eles tivessem acesso a ela antes de nós.</p> <p>(E) Ajudamos a criá-la no intuito de os impedir de acessar-lhe antes de nós.</p>	<p>14. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Os romeiros temendo que o barquinho não suportasse a correnteza, que era forte naquele trecho do rio passaram a rezar, evitando de qualquer modo o mínimo movimento do corpo.</p> <p>(B) Se é certo que Deus ajuda – pensavam os romeiros, não custa facilitar as coisas para Ele, razão por que buscavam: não fazer o mínimo movimento – enquanto atravessam o rio de forte correnteza.</p> <p>(C) Um ato de fé – como o daqueles romeiros atravessando o rio de forte correnteza – não dispensa em todo caso, que se tomem providências facilitando-se assim, as coisas, para a Providência divina.</p> <p>(D) Entre o temor e a fé, dividiam-se os romeiros, pois a confiança na Providência divina não os eximia de se comportarem, com muita cautela, enquanto estavam na perigosa correnteza do rio.</p> <p>(E) Nem mesmo a fé em Deus dispensou os romeiros, preocupados que estavam com a força da correnteza do rio, de tomar providências práticas para que o barquinho, em sua fragilidade, não viesse a naufragar.</p>

<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá se flexionar numa forma do <b>plural</b> para preencher adequadamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Ao percalço que ..... (<b>haver</b>) de enfrentar, responderam os romeiros com um ato de fé.</p> <p>(B) Aos romeiros não ..... (<b>convir</b>) dificultar as coisas para a Providência divina.</p> <p>(C) Tem gente que só diante dos grandes perigos é que ..... (<b>persignar-se</b>).</p> <p>(D) Aqueles a quem não ..... (<b>mover</b>) a fé abalam-se pelo temor.</p> <p>(E) Não ..... (<b>queixar-se</b>) das águas fortes quem as cruza com fé maior.</p>	<p>18. Considere as frases abaixo:</p> <p>I. De que você se queixe, eu aceito; só não admito de que você não busque superar sua dor.</p> <p>II. A fraqueza de que ele mais acusa em si mesmo é aquela de que muitos de nós não nos conformamos: a covardia.</p> <p>III. A suspeição de que sua doença seja grave só fez crescer o temor de que tenhamos sido injustos com o nosso amigo.</p> <p>O emprego da expressão <b>de que</b> está plenamente adequado APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>16. Estão corretas as formas dos verbos <b>intervir</b>, <b>propor</b> e <b>obter</b> empregadas na frase:</p> <p>(A) Se obtessem tudo o que propuseram, não seria preciso que a polícia tivesse intervenido.</p> <p>(B) Se a polícia não interviesse, eles teriam obtido tudo o que proporam.</p> <p>(C) No caso de a polícia intervir, eles não obterão tudo o que propuseram.</p> <p>(D) Eles só obtiveram o que propuseram porque a polícia não interviu.</p> <p>(E) O fato de a polícia ter intervindo evitou que obtessem o que antes propuseram.</p>	<p>19. Quanto à necessidade ou não de utilização do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) O processo correrá às expensas do denunciante, a menos que a isto se oponha a autoridade do Ministro, de cuja decisão nenhuma parte poderá vir a recorrer.</p> <p>(B) Em meio as atribuições do processo, uma das testemunhas recusou-se a comparecer a sessão, alegando à autoridade judicial, num simples bilhete à lápis, que estava acamada.</p> <p>(C) À despeito de haver provas contundentes, o juiz decidiu inocentar àquela velha senhora, a quem não falta malícia: viram quando se pôs à soluçar?</p> <p>(D) Sem advogado, o rapaz ficou à deriva, enquanto o juiz designava como sua defensora à jovem bacharel, que ainda não se submetera à uma prova de fogo, como aquela.</p> <p>(E) Ele ficou à distância, em meio as profundas hesitações que a ausência da testemunha lhe provocou: se ela não chegasse, poderia ele aspirar à que fosse adiada a sessão?</p>
<p>17. <i>Somente no caso de preenchimento deste formulário dá-se garantias do bom funcionamento do aparelho.</i></p> <p>A frase em que se corrigem a má redação e a falta de clareza da advertência acima é:</p> <p>(A) Somente no caso de se preencher este formulário garante-se o bom funcionamento do aparelho.</p> <p>(B) As garantias deste aparelho só se dão no caso de que preencham este formulário.</p> <p>(C) A validade deste termo de garantia do aparelho só se dará no caso de ser preenchida.</p> <p>(D) Este termo de garantia do aparelho só terá validade quando devidamente preenchido.</p> <p>(E) A garantia deste aparelho só terá validade caso seu termo for devidamente preenchido.</p>	<p>20. Está adequado o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) Salvo melhor juízo, é indiscutível que partilhamos do mesmo julgamento: teus argumentos vêm <u>de encontro</u> aos meus.</p> <p>(B) A menos que você <u>retifique</u> seu voto, passando a acompanhar-nos em nossa decisão, não haverá como mantê-lo em nosso partido.</p> <p>(C) Em vista da notoriedade de seu mau caráter, ninguém se surpreendeu quando <u>assumiu</u> a responsabilidade pela trapaça que havia feito.</p> <p>(D) Ele se mostra <u>transigente</u> apenas nos casos em que não lhe convém arredar pé da posição que esteja defendendo com o habitual denodo.</p> <p>(E) A unanimidade na aprovação só foi alcançada porque a bancada de oposição reviu seu voto, <u>ratificando</u> a decisão do líder, renitente adversário do projeto.</p>

<p>21. O principal componente da placa-mãe de um microcomputador é denominado</p> <p>(A) BIOS.</p> <p>(B) processador.</p> <p>(C) clock.</p> <p>(D) chipset.</p> <p>(E) cache.</p>	<p>26. No Windows, as teclas CTRL, ALT ou SHIFT podem ser mantidas ativadas (até que se pressione outra tecla) por meio das teclas de</p> <p>(A) filtragem.</p> <p>(B) alternância.</p> <p>(C) aderência.</p> <p>(D) atalho.</p> <p>(E) travamento.</p>
<p>22. O equipamento capaz de detectar e, se necessário, desconectar da rede as estações com problemas denomina-se</p> <p>(A) switch.</p> <p>(B) roteador.</p> <p>(C) gateway.</p> <p>(D) backbone.</p> <p>(E) hub inteligente.</p>	<p>27. No Word, NÃO é permitido</p> <p>(A) dividir células na horizontal.</p> <p>(B) dividir células na vertical.</p> <p>(C) mesclar células na vertical.</p> <p>(D) dividir tabelas na horizontal.</p> <p>(E) dividir tabelas na vertical.</p>
<p>23. A tecnologia da Microsoft que fornece conteúdo interativo nas páginas da Web denomina-se</p> <p>(A) ActiveX.</p> <p>(B) Active Desktop.</p> <p>(C) Hyperlink.</p> <p>(D) ASP - Active Server Pages.</p> <p>(E) IIS - Internet Information Services.</p>	<p>28. A utilização de páginas na orientação retrato e paisagem no mesmo documento Word é possível com</p> <p>(A) layout diferente na primeira página.</p> <p>(B) layout diferente entre as páginas pares e ímpares.</p> <p>(C) quebra de página inserida.</p> <p>(D) quebra de sessão inserida.</p> <p>(E) quebra de coluna inserida.</p>
<p>24. Um banco de dados organizado em estruturas lógicas dimensionais cujas informações são voltadas para o processo decisório e para áreas específicas denomina-se</p> <p>(A) data warehouse.</p> <p>(B) data mining.</p> <p>(C) data mart.</p> <p>(D) business intelligence.</p> <p>(E) competitive intelligence.</p>	<p><u>Instruções:</u> As questões 29 e 30 referem-se à planilha de Excel.</p> <p>29. As células A1 e A2 selecionadas contêm, respectivamente, os valores 1 e 2. Após arrastá-las pela alça de preenchimento até a célula E2, esta célula será preenchida com</p> <p>(A) 2.</p> <p>(B) 3.</p> <p>(C) 4.</p> <p>(D) 5.</p> <p>(E) 6.</p>
<p>25. A nova tecnologia denominada <i>Bluetooth</i> utiliza um padrão de redes sem fio que</p> <p>(A) transmite informações via celular.</p> <p>(B) opera com equipamentos à curta distância.</p> <p>(C) opera com equipamentos à longa distância.</p> <p>(D) transmite informações via Internet de banda larga.</p> <p>(E) implementa conexão de banda larga para Intranet.</p>	<p>30. Dadas as células B1=5, C1=4, D1=3, E1=2 e F1=1, o resultado da fórmula =B1+C1*D1-E1/F1, na célula A1, será</p> <p>(A) 9.</p> <p>(B) 15.</p> <p>(C) 21.</p> <p>(D) 25.</p> <p>(E) 54.</p>

<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>31. Na matéria sobre os elementos do ato administrativo, pode-se dizer que</p> <p>(A) as competências são derogáveis e não podem ser objeto de avocação.</p> <p>(B) basta apenas sua capacidade, seja o sujeito agente político ou pessoa pública.</p> <p>(C) a competência decorre sempre da lei, mas no âmbito federal pode ser definida por decreto.</p> <p>(D) o objeto será sempre lícito e moral, mas cabível ou não, certo ou incerto.</p> <p>(E) a finalidade é o efeito jurídico imediato que o ato produz, o objeto é o efeito mediato.</p>	<p>34. No que tange à anulação e à revogação dos atos administrativos, considere o que segue:</p> <p>I. A incompetência relativa do agente ou a incapacidade relativa do contratante são causas de anulação.</p> <p>II. O recurso <i>ex officio</i> interposto pela autoridade que houver praticado o ato pode resultar na revogação.</p> <p>III. Os vícios resultantes de erro, dolo, simulação ou fraude são causas de revogação.</p> <p>IV. O pedido de reconsideração feito pela parte pode resultar na revogação.</p> <p>V. O recurso voluntário, interposto pela parte a quem tiver prejudicado o ato, e a avocação, são causas de anulação.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I, II e V.</p> <p>(C) I, III e V.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>
<p>32. É INCORRETO afirmar que o princípio da moralidade administrativa</p> <p>(A) considera, também, o conteúdo ético do trabalho administrativo, com base na indisponibilidade do interesse maior da sociedade.</p> <p>(B) é denunciado pela coerente adequação de meios e fins.</p> <p>(C) significa, também, não se desviar da finalidade constante da lei (interesse público).</p> <p>(D) determina que o ato administrativo deve ser atribuído à entidade ou ao órgão que o titula, não ao agente que o pratica.</p> <p>(E) não diz respeito à moral comum, mas à moral jurídica e tem primazia sobre os outros princípios constitucionalmente formulados.</p>	<p><u>Instruções:</u> As questões de números 35 e 36 baseiam-se na Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C. nº 101, de 04/05/2000).</p>
<p>33. Considere os seguintes atos administrativos:</p> <p>I. O Secretário de Estado aprova o procedimento licitatório.</p> <p>II. O Senado Federal decide a respeito da destituição do Procurador Geral da República.</p> <p>III. A Administração Municipal faculta a proprietário de terreno a construção de edifício.</p> <p>Esses atos referem-se, respectivamente, à</p> <p>(A) aprovação, homologação e concessão.</p> <p>(B) homologação, aprovação e licença.</p> <p>(C) admissão, dispensa e permissão.</p> <p>(D) dispensa, homologação e autorização.</p> <p>(E) licença, dispensa e aprovação.</p>	<p>35. Para os fins da Lei de Responsabilidade Fiscal:</p> <p>I. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder ao percentual da receita corrente líquida de 60% para a União.</p> <p>II. A repartição dos limites globais, referentes aos percentuais e à receita corrente líquida, não pode exceder a 6% para o Judiciário.</p> <p>III. Na verificação do atendimento dos limites referentes às despesas de pessoal não serão computadas as despesas relativas à demissão voluntária.</p> <p>IV. As despesas com pessoal, decorrentes de sentenças judiciais referentes ao período anterior da apuração, devem ser incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>

<p>36. No que se refere à dívida e ao endividamento, a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, pelos Estados e Municípios, e o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada, dizem respeito, respectivamente,</p> <p>(A) à concessão de garantia e à operação de crédito.</p> <p>(B) à dívida pública consolidada e à operação de crédito.</p> <p>(C) ao refinanciamento da dívida imobiliária e à assunção ou confissão de dívidas.</p> <p>(D) ao financiamento da dívida imobiliária e à dívida pública fundada.</p> <p>(E) à dívida pública mobiliária e à concessão de garantia.</p>	<p>40. NÃO está impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que</p> <p>(A) tenha participado como perito ou representante.</p> <p>(B) venha a participar como testemunha.</p> <p>(C) seja considerado sem interesse na matéria objeto do processo.</p> <p>(D) esteja litigando judicialmente com o cônjuge do interessado.</p> <p>(E) esteja litigando administrativamente com a companheira do interessado.</p>
<p>37. João Victor, técnico judiciário, injustificadamente recusou-se a ser submetido à inspeção médica determinada por Luiza, Diretora de sua unidade. A mesma Diretora mantém sua irmã Rozana sob sua chefia imediata, em cargo de confiança. Nesse caso, João Victor e Luiza estão sujeitos, respectivamente, às penas de</p> <p>(A) suspensão de até 30 dias e multa com base em 1/3 por dia de vencimento.</p> <p>(B) suspensão de até 15 dias e advertência por escrito.</p> <p>(C) advertência por escrito e suspensão de até 30 dias.</p> <p>(D) advertência verbal e demissão.</p> <p>(E) multa, com base em 1/3 por dia de vencimento, e destituição do cargo em comissão.</p>	<p>41. No que diz respeito aos registros cadastrais para fins da Lei nº 8.666, de 02/06/1993, que dispõe sobre as Licitações e os Contratos administrativos, é certo que</p> <p>(A) o chamamento público para o ingresso de novos interessados a cada dois anos é facultado à Administração Pública.</p> <p>(B) aos inscritos será fornecido certificado e, em qualquer hipótese, não estará sujeito à renovação.</p> <p>(C) o registro do inscrito pode ser cancelado ou suspenso a qualquer tempo, a critério da administração.</p> <p>(D) as unidades administrativas não podem utilizar os registros cadastrais de outros órgãos da Administração Pública.</p> <p>(E) os referidos registros cadastrais, para efeito de habilitação, serão válidos por, no máximo, um ano.</p>
<p>38. O servidor público investido em mandato eletivo está sujeito a várias disposições. Tratando-se de mandato</p> <p>(A) federal, ficará afastado de seu cargo ou função e com prejuízo de vencimentos.</p> <p>(B) para prefeito, será afastado do cargo e terá a remuneração desse cargo político.</p> <p>(C) para vereador, não será afastado do cargo, em nenhuma hipótese, mantendo a remuneração deste.</p> <p>(D) estadual, não será afastado do cargo ou função e terá a remuneração desse cargo político.</p> <p>(E) distrital, não ficará afastado do cargo ou função, mas poderá optar pela sua remuneração.</p>	<p>42. O instrumento de contrato administrativo é obrigatório, dentre outros casos,</p> <p>(A) no convite e pregão, assim como em todas as hipóteses de inexigibilidade de licitação.</p> <p>(B) na tomada de preços, assim como em algumas hipóteses de inexigibilidade de licitação.</p> <p>(C) na tomada de preços e no leilão, assim como em todas as dispensas de licitação.</p> <p>(D) no concurso, assim como em todas as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.</p> <p>(E) no pregão e concurso, assim como em algumas dispensas de licitação.</p>
<p>39. No caso da matéria do processo administrativo, no âmbito da Administração Federal, envolver assunto de interesse geral, pode-se abrir período de consulta pública para manifestação</p> <p>(A) de entidades e associações legalmente organizadas, antes da decisão do pedido, mesmo que implique prejuízo para a parte interessada.</p> <p>(B) das partes e de um representante do Poder Legislativo, desde que no início do procedimento e antes do recebimento do pedido.</p> <p>(C) popular, antes ou após a decisão do pedido, desde que este não tenha transitado em julgado.</p> <p>(D) de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.</p> <p>(E) do Ministério Público, até o trânsito em julgado da decisão do pedido, mesmo que implique prejuízo para a parte interessada.</p>	<p><u>Instruções:</u> As questões de números 43 e 44 baseiam-se na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, que dispõe sobre normas gerais de Direito Financeiro.</p> <p>43. Classificam-se como inversões financeiras, dentre outras, as dotações destinadas</p> <p>(A) a cobrir despesas de custeio de entidades beneficiadas, podendo ser de natureza social, econômica ou jurídica.</p> <p>(B) à manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive para atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.</p> <p>(C) à aquisição de títulos representativos do capital de empresas de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.</p> <p>(D) ao planejamento, aos programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.</p> <p>(E) à execução de obras, à prestação de serviços e à constituição ou ao aumento do capital de empresa que não seja de caráter comercial ou financeiro.</p>

<p>44. Os créditos</p> <p>(A) especiais dependem, para sua abertura, da prévia exposição justificativa e da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.</p> <p>(B) extraordinários serão abertos por ato normativo do Poder Legislativo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Executivo.</p> <p>(C) adicionais terão vigência adstrita sempre ao biênio em que forem abertos.</p> <p>(D) suplementares serão autorizados por decreto do Poder Executivo, que, após, cientificará o Poder Legislativo.</p> <p>(E) adicionais classificam-se em suplementares, gerais e tributários, sempre destinados a casos urgentes.</p>	<p>49. Municípios de uma determinada região, reunidos em consórcio, aprovaram uma resolução unindo todos em torno do bem comum regional. Para combater o desemprego passaram a dar preferência, na aquisição de bens e serviços, às empresas sediadas na própria região e às pessoas físicas ali domiciliadas. Neste caso, os Municípios</p> <p>(A) contrariaram a ordem jurídica, visto que só a lei federal poderia autorizar essa preferência a empresas ou pessoas, em benefício do desenvolvimento regional.</p> <p>(B) agiram com criatividade ao reter os empregos gerados na região para as pessoas ali domiciliadas, atendendo ao bem estar da comunidade.</p> <p>(C) violaram o princípio da eficiência, visto que obteriam melhores bens e serviços, a preço menor, na diversidade nacional.</p> <p>(D) acertaram, reduzindo seus custos e fazendo com que a renda gerada na região ali permaneça, incrementando o desenvolvimento social.</p> <p>(E) ofenderam o princípio da isonomia, que impede distinções entre brasileiros e preferências regionais em prejuízo das demais regiões.</p>
<p>45. Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se por diversos princípios, tais como</p> <p>(A) o desenvolvimento nacional e os valores sociais da livre iniciativa.</p> <p>(B) a soberania e a cidadania.</p> <p>(C) o pluralismo político e a igualdade entre os Estados.</p> <p>(D) o repúdio ao terrorismo e a erradicação da pobreza.</p> <p>(E) a prevalência dos direitos humanos e a defesa da paz.</p>	<p>50. Na minha fazenda havia um grotão onde um cheiro insuportável afastava as pessoas e os animais. Mandeí verificar e ali encontrei um gigantesco e rico poço de petróleo e de gás natural, que agora vai ser explorado. Neste caso, devo considerar que esse recurso natural pertence</p> <p>(A) a mim, mas não posso explorá-lo diretamente, embora deva receber os respectivos <i>royalties</i>.</p> <p>(B) à União, que concederá a exploração e estabelecerá, nos termos da lei, compensações financeiras.</p> <p>(C) ao Estado, que o explorará, direta ou indiretamente, mas pagará compensações financeiras a mim.</p> <p>(D) ao Município, que está impedido de explorá-lo em virtude do monopólio estatal, mas receberá compensação financeira.</p> <p>(E) ao povo do país, tanto que a exploração e refino do petróleo constituem monopólio estatal e reverterão em benefício de todos.</p>
<p>46. Considere as afirmações seguintes:</p> <p>I. A criação de associações independe de autorização.</p> <p>II. É vedada a associação de caráter paramilitar.</p> <p>III. As associações não podem ser dissolvidas compulsoriamente.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>51. Possidônio, servidor público estável, foi surpreendido hoje com a extinção de seu cargo. Neste caso, ele</p> <p>(A) permanecerá em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição, podendo ou não ser aproveitado em outro cargo.</p> <p>(B) deverá ser aposentado, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição.</p> <p>(C) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.</p> <p>(D) será aposentado, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, sendo-lhe facultado requerer seu reaproveitamento em cargo análogo.</p> <p>(E) optará entre a aposentadoria, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição, e a disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.</p>
<p>47. Electra foi presa em flagrante delito e estava no oitavo mês de gestação. O filho nasceu hoje. Nesse caso, Electra tem direito</p> <p>(A) ao relaxamento do flagrante, <i>pietatis causa</i>, para que seu filho não permaneça dentro do estabelecimento prisional durante o período de amamentação.</p> <p>(B) a liberdade provisória durante o período de amamentação.</p> <p>(C) à prisão domiciliar durante o tempo necessário à saúde do bebê, inclusive à sua amamentação.</p> <p>(D) a que lhe assegurem condições para permanecer com seu filho durante o período de amamentação.</p> <p>(E) a responder em liberdade por seu crime, porque o bebê precisa ser alimentado e não pode permanecer no estabelecimento prisional.</p>	
<p>48. Em condições de reciprocidade, os portugueses nem precisam se naturalizar, pois detêm, no Brasil, uma "quase nacionalidade". Os estrangeiros oriundos de países de língua portuguesa também são privilegiados, pois, para se naturalizarem, além da idoneidade moral, exige-se apenas residência no país por</p> <p>(A) um ano ininterrupto.</p> <p>(B) dois anos ininterruptos.</p> <p>(C) cinco anos ininterruptos.</p> <p>(D) dois anos, ininterruptos ou não.</p> <p>(E) cinco anos, ininterruptos ou não.</p>	

<p>52. Considere as seguintes ações:</p> <p>I. Criar uma Autarquia.</p> <p>II. Autorizar a instituição de Empresa Pública.</p> <p>III. Autorizar a instituição de Fundação Pública.</p> <p>IV. Autorizar a instituição de Sociedade de Economia Mista.</p> <p>Necessitam de lei específica</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I, II e III, apenas.</p> <p>(C) I, III e IV, apenas.</p> <p>(D) II, III e IV, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>	<p>55. O Tribunal de Contas da União houve por bem sustar a execução de contrato impugnado. Neste caso,</p> <p>(A) determinará que o Chefe do Poder Executivo tome as medidas cabíveis para sua sustação, comunicando o fato imediatamente ao Congresso Nacional.</p> <p>(B) comunicará a decisão diretamente ao Chefe do Poder Executivo que, de imediato, tomará as medidas cabíveis.</p> <p>(C) determinará, de imediato, as providências cabíveis, que serão requisitadas diretamente a quem deva cumpri-las.</p> <p>(D) comunicará a decisão ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, e o Congresso Nacional, adotando diretamente o ato, solicitará ao Poder Executivo, de imediato, as medidas cabíveis.</p> <p>(E) comunicará a decisão diretamente ao Presidente do Senado Federal a quem cabe tomar, de imediato, as medidas para a sustação do contrato junto ao Presidente da República.</p>
<p>53. O Presidente da República vetou integralmente, por contrário ao interesse público, um projeto aprovado pelo Congresso Nacional. Este, examinando as razões do veto, rejeitou-o, devolvendo o projeto para a promulgação do Presidente da República. Decorrido o prazo, sem qualquer providência do Chefe do Poder Executivo, a lei será promulgada pelo</p> <p>(A) Presidente da Câmara dos Deputados.</p> <p>(B) Presidente do Senado Federal.</p> <p>(C) Presidente do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) Vice-Presidente da República.</p> <p>(E) Procurador Geral da República.</p>	<p>56. O Ministro do Tribunal de Contas da União, segundo a Constituição Federal, está equiparado, quanto às prerrogativas, aos impedimentos, aos vencimentos e às vantagens, ao</p> <p>(A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) Ministro do Superior Tribunal da Justiça.</p> <p>(C) Ministro de Estado.</p> <p>(D) Presidente do Senado Federal.</p> <p>(E) Presidente da Câmara dos Deputados.</p>
<p>54. Considere as afirmativas abaixo:</p> <p>I. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos.</p> <p>II. As pessoas físicas ou jurídicas privadas não estão sujeitas a prestar contas ao Tribunal de Contas, mesmo quando guardem ou gerenciem bens e valores públicos.</p> <p>III. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária das entidades da administração indireta da União será exercida pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>	<p>57. Os juízes gozam da garantia da inamovibilidade,</p> <p>(A) contudo, poderão excepcionalmente ser removidos em razão de quebra de decoro, por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa.</p> <p>(B) que indica que somente poderão ser removidos no seu exclusivo interesse manifestado em requerimento, expressamente.</p> <p>(C) porém, a critério do respectivo tribunal, poderão ser removidos, desde que por voto secreto da maioria absoluta.</p> <p>(D) nunca poderão ser removidos, embora sejam promovidos apenas em seu exclusivo interesse manifestado em requerimento, expressamente.</p> <p>(E) mas poderão ser removidos, em razão de interesse público, por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa.</p> <p>58. Na Constituição Federal, o Ministério Público recebeu legitimação para promover o inquérito civil e a ação pública. No exercício dessas funções, a legitimação é</p> <p>(A) privativa, em ambos os casos.</p> <p>(B) concorrente, em ambos os casos.</p> <p>(C) privativa, no primeiro caso, e concorrente, no segundo.</p> <p>(D) concorrente, no primeiro caso, e privativa, no segundo.</p> <p>(E) sempre concorrente, podendo, todavia, retomar o inquérito ou a ação como parte principal.</p>

<p>59. Um empregado foi contratado para exercer as funções de cobrador. Dois anos após a admissão, seu empregador o nomeou para o cargo de confiança de diretor de cobrança, com uma gratificação correspondente. Seis meses mais tarde, o empregador determinou que ele voltasse a ocupar a antiga função de cobrador. Nesta hipótese,</p> <p>(A) é nula a determinação do empregador, que está legalmente impedido de alterar de forma unilateral o contrato de trabalho.</p> <p>(B) a alteração somente será válida se o empregador garantir ao empregado as mesmas vantagens econômicas do cargo de diretor.</p> <p>(C) a perda da função de diretor implica na rescisão indireta do contrato de trabalho.</p> <p>(D) é válida a determinação do empregador para que o empregado reverta ao cargo efetivo.</p> <p>(E) o empregador poderá determinar ao empregado que reverta à função primitiva desde que faça incorporar a gratificação percebida na remuneração, na proporção de 1/12 por mês efetivo de serviço.</p>	<p>62. Na falta de estipulação do salário,</p> <p>(A) não haverá contrato de trabalho, tendo em vista que não houve ajuste a respeito de condição essencial.</p> <p>(B) o empregado receberá o salário que o empregador quiser pagar, pois a fixação do salário faz parte do poder de comando da empresa.</p> <p>(C) a fixação do valor da remuneração competirá à Delegacia Regional do Trabalho.</p> <p>(D) a omissão importará na inversão do ônus da prova e o empregado receberá, independentemente de qualquer circunstância, o salário que pretender.</p> <p>(E) o empregado receberá o salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou ao daquele que for habitualmente pago para executar serviço semelhante.</p>
<p>60. Um empregado, depois de ter trabalhado durante dois anos e seis meses para o mesmo empregador, sem ter tirado férias, pede demissão. Nesta hipótese, o empregado deverá receber, além de outras verbas,</p> <p>(A) férias em dobro relativas ao primeiro período aquisitivo, férias simples relativas ao segundo período aquisitivo e férias proporcionais de 6/12.</p> <p>(B) dois períodos de férias simples e férias proporcionais de 6/12.</p> <p>(C) dois períodos de férias em dobro e férias proporcionais de 6/12.</p> <p>(D) somente dois períodos de férias simples, tendo em vista que as férias proporcionais não são devidas no pedido de demissão.</p> <p>(E) férias simples relativas ao segundo período aquisitivo e férias proporcionais de 6/12, sendo que o primeiro período aquisitivo já está alcançado pela prescrição.</p>	<p>63. No capítulo da CLT que trata da duração da jornada de trabalho NÃO estão compreendidos os empregados que</p> <p>(A) recebem participação nos lucros distribuídos pela empresa.</p> <p>(B) trabalham em local de difícil acesso ou não servido por transporte público.</p> <p>(C) exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário e com o registro explícito desta condição na CTPS.</p> <p>(D) trabalham em horário noturno ou em turnos de revezamento.</p> <p>(E) executam serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo).</p>
<p>61. Considere as afirmativas abaixo:</p> <p>I. No caso de adoção ou guarda judicial de crianças de um a quatro anos de idade, a empregada adotante fará jus à licença maternidade pelo período de sessenta dias.</p> <p>II. Cada um dos dois intervalos especiais de descanso, concedidos à mulher para amamentação do filho de até seis meses de idade, é de quinze minutos.</p> <p>III. Os períodos de repouso, antes e depois do parto poderão ser aumentados de até duas semanas cada um, mediante atestado médico.</p> <p>IV. No caso de aborto não criminoso a mulher terá direito a um repouso não remunerado de 4 semanas.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>64. O empregado com menos de 18 anos de idade</p> <p>(A) não pode firmar o recibo de salário nem rescindir validamente o contrato de trabalho sem assistência de seu responsável legal.</p> <p>(B) pode firmar os recibos de salário, mas não pode firmar o termo de rescisão contratual sem a assistência de seu responsável legal.</p> <p>(C) pode firmar o recibo de salário, mas não pode firmar o termo de rescisão contratual sem assistência do sindicato.</p> <p>(D) pode firmar tanto o recibo de salário como rescindir o contrato de trabalho sem qualquer assistência.</p> <p>(E) não pode firmar o recibo de salário nem rescindir validamente o contrato de trabalho sem assistência do sindicato.</p> <p>65. É fonte formal do Direito do Trabalho</p> <p>(A) a jurisprudência.</p> <p>(B) a equidade.</p> <p>(C) a analogia.</p> <p>(D) a convenção coletiva.</p> <p>(E) o costume.</p>

66.	<p>A empresa que possuir quadro de pessoal organizado em carreira, nos termos da CLT, deverá efetuar as promoções pelo critério alternado de</p> <p>(A) produtividade e assiduidade.</p> <p>(B) antigüidade e produtividade.</p> <p>(C) assiduidade e avaliação.</p> <p>(D) assiduidade e merecimento.</p> <p>(E) antigüidade e merecimento.</p>
67.	<p>Na hipótese de dispensa sem justa causa de empregado que receba quinzenalmente e tenha trabalhado na empresa por período inferior a um ano, o aviso prévio será de</p> <p>(A) 30 dias.</p> <p>(B) 15 dias.</p> <p>(C) 10 dias.</p> <p>(D) 8 dias.</p> <p>(E) 7 dias.</p>
68.	<p>Para efeito de configuração da falta grave, o descumprimento de ordens gerais denomina-se</p> <p>(A) negligência.</p> <p>(B) insubordinação.</p> <p>(C) incontinência de conduta.</p> <p>(D) indisciplina.</p> <p>(E) ato de improbidade.</p>
69.	<p>A convenção coletiva de trabalho é aplicada</p> <p>(A) às relações individuais de trabalho no âmbito da representação dos sindicatos convenientes.</p> <p>(B) a todos os trabalhadores e empregadores localizados na base territorial dos sindicatos convenientes.</p> <p>(C) apenas aos trabalhadores sindicalizados, membros da categoria profissional representada pelo sindicato obreiro.</p> <p>(D) aos empregadores de categoria econômica que inclua trabalhadores representados pelo sindicato conveniente obreiro, ainda que o sindicato representante desses empregadores não tenha celebrado a convenção.</p> <p>(E) aos trabalhadores membros de associação não-sindical que tenham sido por esta representados na convenção.</p>
70.	<p>Após a admissão do empregado, as anotações na CTPS deverão ser efetuadas no prazo de</p> <p>(A) 24 horas.</p> <p>(B) 36 horas.</p> <p>(C) 48 horas.</p> <p>(D) 72 horas.</p> <p>(E) 96 horas.</p>